AFERIÇÃO PADRONIZADA JUÍZO PROATIVO

Edição XIII - 2016

PRÁTICA

Tribunal:
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS
Autor(es): CLÓVIS GOMES DA SILVA CORREIA
MAURÍLIO DA SILVA FERRAZ
Categoria: Tribunal
Estado: Maceió - AL

Descrição resumida

O objetivo principal desse projeto é fomentar a gestão por indicadores a partir de uma aferição padronizada a ser seguida pelas unidades judiciais como forma de avaliar seu desempenho em busca de uma justiça mais efetiva e motivar o corpo funcional para o alcance de melhores resultados. De forma específica vislumbra-se: * fortalecimento da gestão estratégica do TJAL; * estabelecimento motivacional da cultura de gerenciamento por indicadores; * alavancagem dos resultados de eficiência do TJAL na avaliação do Justiça em Números; * redução da Taxa de Congestionamento nas Unidades Judiciárias de 1º Grau; * aumento da produtividade dos Juízos.

Qual a principal inovação da sua prática?

Diferentemente de uma premiação pontual por desempenho verificada nos sistemas de premiação até então existentes, a Aferição Padronizada Juízo Proativo contempla toda uma sistemática que envolve a gestão contínua dos indicadores de desempenho, tanto estabelecidos em âmbito nacional como os instituídos pelo Tribunal de Justiça de Alagoas com o intuito de fomentar a celeridade processual nas unidades jurisdicionais. Outro diferencial diz respeito à computação de pontos não apenas a indicadores quantitativos de produtividade, mas também qualitativos, relacionadas à práticas inovadoras de gestão estratégica a exemplo de: boas práticas, apresentação de plano de ação e de novos projetos. Além disso, as unidades são separadas em categorias como forma de melhor traduzir o grau de esforço nas respectivas competências, encontrando-se os melhores resultados a partir de uma classificação em padrões de desempenho divididos em Inicial, Intermediário e Excelência. A forma de divulgação interna dos resultados parciais obtidos e ao final o das unidades judiciárias de padrão mais avançado sem emprego de rankings tem contribuído para elevar a participação e adesão de magistrados e servidores com esse programa. A Prática tem caráter democrático, abrindo-se anualmente oportunidade a magistrados e servidores contribuírem para o aperfeiçoamento dos critérios de aferição , resultando em uma evolução contínua e um maior envolvimento de todos em prol de uma justiça mais efetiva para a sociedade.

Explique como sua prática contribui para o aperfeiçoamento da justiça.

A "Aferição Padronizada Juízo Proativo" foi instituída pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Alagoas, em janeiro de 2014, por meio da Resolução TJAL nº 02/2014, com o objetivo de melhorar a prestação jurisdicional, reconhecer os resultados obtidos pelos magistrados e servidores nas respectivas unidades judiciárias, proporcionar motivação nas atividades desenvolvidas e buscar referências em prol da melhoria contínua. A partir de sua implantação houve uma evolução no modo de trabalho das Varas e Juizados Especiais com avanços na produtividade, monitoramento das estatísticas processuais do juízo, alimentação das informações nos sistemas, elaboração de planos de ação para execução das atividades e apresentação de projetos. A premiação tem o viés de reconhecer os melhores desempenhos e, dentro desse contexto, servir como ferramenta de controle de planejamento das atividades e de identificação das melhores práticas e processos de trabalho que possam ser multiplicados para as demais unidades de mesma competência. Destaca-se ainda, o estimulo a uma competitividade sadia entre as unidades com vistas à ao atingimento dos objetivos estabelecidos no Plano Estratégico do Poder e nos direcionamentos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça por meio das Metas Nacionais do Judiciário e do Programa Justiça em Números.

Desde quando sua prática está em funcionamento?

Data: janeiro/2014

Explique como ocorreu o processo de implantação da prática.

A partir dos encontros do judiciário nacional no Conselho Nacional de Justiça para apresentação das informações do Sistema Justiça em Números foi levantada por Conselheiros do CNJ a necessidade dos tribunais do país trabalharem iniciativas para melhoria do desempenho a partir dos dados apresentados. Dessa forma, surgiu a ideia de apresentação de um projeto via Comitê de Gestão Estratégica para fomentar a gestão das atividades jurisdicionais por meio de indicadores de desempenho. Houve reunião inicial com membros da Associação de Magistrados para explanação do projeto que, apesar da resistência inicial, foi apreciado e aprovado pelo Pleno do TJAL e instituído pela Resolução nº 02/2014 e reformulação pela Resolução nº 18/2014. Após aprovada e divulgada a resolução para as unidades judiciárias, a Divisão de Estatística do TJAL passou a emitir relatórios periódicos com os resultados aferidos. De imediato comprovando adesão ao projeto várias unidades passaram a interessaram em apresentar plano de ação, boas práticas e projetos. Além disso, vários magistrados passaram a monitorar e solicitar relatórios acerca do percentual de cumprimento das metas nacionais.

Quais os fatores de sucesso da prática?

As unidades judiciárias passaram a monitorar continuamente os seus resultados, contactando constantemente a divisão de estatísticas do Tribunal de Justiça para orientações acerca dos indicadores aplicados e sobre o impacto das atividades desenvolvidas nos resultados apurados; Houve uma crescente preocupação com a alimentação dos dados no sistema processual, observando-se a escorreita aplicação das Tabelas Processuais Unificadas, apresentação de planos de ação para o desenvolvimento das atividades anuais, apresentação de projetos para que impactam nos objetivos estratégicos institucionais. Apresentação de Boas Práticas realizadas cuja avaliação e aprovação autorizam o seu depósito no Banco de Boas Práticas da Instituição que pode ser consultado no endereço eletrônico: http://www.tjal.jus.br/?pag=apmp_boas_praticas

Quais as difuldades encontradas?

Inicialmente houve resistência por parte dos magistrados em razão de considerarem que ocorreria uma possível exposição negativa com essa iniciativa; Muito tempo na apuração dos dados em razão da quantidade de informações a serem pesquisadas;

Descreva resumidamente as atuais etapas de funcionamento da prática.

Para o ano de 2016 houve reformulação dos critérios, indicadores e metas com a finalidade de exigir maior desempenho em relação ao já alcançado nas edições anteriores que tiveram o viés de medir, reconhecer, premiar e fortalecer a iniciativa. Com a nova resolução, o número de indicadores foi reduzido de 13 para sete, trazendo o índice de atendimento à demanda; a taxa de congestionamento líquida; a taxa de produtividade (julgados de conhecimento); taxa de processos antigos; redução dos processos aguardando cumprimento há mais de cem dias; taxa de cumprimento das cartas precatórias; e tempo médio de sentença geral. Na atual aferição houve acréscimo nas atividades para pontuação extra: além do envio de plano de ação (até março), apresentação de boas práticas e projetos estratégicos, temos também envio de sentenças ao Banco de Sentenças da Esmal, participação dos magistrados em mutirões do Projeto Justiça Itinerante e participação dos juízes e servidores nas ações do Programa Cidadania e Justiça na Escola, tudo conforme a nova Resolução TJAL n 9/2016, disponível no link: http://www.tjal.jus.br/resolucoes/RESOLU%C7%C3O%20N%202016%20-%20REFORMULA%20JU%CDZO%20PROATIVO.pdf

Equipe

Coordenação da equipe e gerente do projeto Juiz Maurílio da Silva Ferraz (participação na elaboração e discussões correlatas ao projeto). Gerente do Projeto e Assessor Chefe de Planejamento Clóvis Gomes da Silva Correia (apoio na gestão, elaboração de normativos, criação de indicadores e apresentação de resultados à alta gestão acerca da Aferição Juízo Proativo. Apuração dos dados e preparação de relatórios parciais - Servidor Amós Henrique Alves(Administrador) Orientações sobre classes processuais e movimentos e envio de relatórios parciais - Servidor Sérgio Walney Mendes Martins (Bel. em Direito) Auxílio na recepção e elaboração de projetos - Servidor Alexandre de Caiado C. Moraes(Economista) Auxílio na avaliação das boas práticas e cálculo de indicadores - Servidor Guilherme Rossilho (Economista) Auxílio nas reuniões e recepção das boas práticas - Servidora Fabrícia Haniery Cavalcante Silva (Administradora) Auxílio na elaboração de planos de ação - Servidora Catalina Velásquez (Administradora)

Equipamentos e sistemas

Sistema de apuração de dados processuais utilizados pelo TJAL. Planilhas em excel que recepcionam as informações baixadas do sistema por meio de fórmulas específicas. Planilhas de plano de ação. Sistema de intranet para comunicação, orientações, envio de relatórios parciais para todas as unidades judiciárias do Estado de Alagoas.

Orçamento

DESPESAS DA PREMIAÇÃO 2014 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS .....4.355,00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE .....114.043,28 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....8.000,00 Auxílios para Capacitação.....6.000,00 TOTAL..... R$ 132.398,28 DESPESAS DA PREMIAÇÃO 2015 (ainda sendo realizadas em 2016) PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS .....4.788,00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE .....32.276,40 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.....8.000,00 TOTAL..... 45.064,40

Outros recursos

Recursos econômicos relativos ao trabalho dos servidores da área de planejamento listados, bem como a força de trabalho da área fim do 1º grau de jurisdição na execução das atividades judiciárias a execução efetiva do projeto que envolve a participação de magistrados e servidores.

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

ORGANIZAÇÃO

VISÃO GERAL DO PROJETO
PROJETO JUIZO PROATIVO

1. GERENTE DO PROJETO
Sr. Clóvis Correia

2. QUANDO
De 13/11/2013 até 15/06/2015

3. QUANTO

3.1. CUSTOS PLANEJADOS

Nome	Descrição	Unidade	Qnt.	Valor (R$)	ND	Total (R$)	Responsável
2.3 Aquisição da premiação e demais medidas correlatas							
1 - Certificados	Emissão de Certificado de reconhecimento	un.	135.000	5,00	39.00	675,00	Alexandre Moraes
2 - medalhas	Medalhas de reconhecimento do Juízo Mais Efetivo	un.	135.000	9,00	31.00	1.215,00	Alexandre Moraes
3 - capacitações premiação	Pagamento de percentual de pós graduações aos premiados	un.	135.000	500,00	39.00	67.500,00	Alexandre Moraes
4 - tablets	Premiação aos juízos que obtiverem pontuação de excelência	un.	135.000	2.000,00	52.00	270.000,00	Alexandre Moraes
5 - Realização de Evento	Despesas com Evento de Premiação	un.	1.000	8.000,00	39.00	8.000,00	Alexandre Moraes
					39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	76.175,00	
					31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	1.215,00	
					52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	270.000,00	
					Total	**347.390,00**	

3.2. CUSTOS EFETIVADOS

Nome	Descrição	Unidade	Qnt.	Valor (R$)	ND	Total (R$)	Responsável
2.3 Aquisição da premiação e demais medidas correlatas							
1 - Certificados	A EMISSÃO DE CERTIFICADO FOI REALIZADA COM MATERIAIS DE EXPEDIENTE DO SETOR, NÃO SENDO NECESSÁRIA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	un.	53.000	0,00	39.00	0,00	Alexandre Moraes
2 - medalhas	Foi necessária a ampliação do número de medalhas porque um um número maior de unidades atingiram a pontuação estabelecida.	un.	500.000	8,71	31.00	4.355,00	Alexandre Moraes
3 - capacitações premiação	Pagamento de percentual de pós graduações aos premiados	un.	0.000	500,00	39.00	0,00	Alexandre Moraes
4 - tablets	Premiação aos juízos que obtiverem pontuação de excelência	un.	53.000	2.151,76	52.00	114.043,28	Alexandre Moraes
5 - Realização de Evento	Despesas com Evento de Premiação	un.	200.000	40,00	39.00	8.000,00	Alexandre Moraes
					39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	8.000,00	
					31.00 - PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	4.355,00	
					52.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	114.043,28	
					Total	**126.398,28**	

4. CRONOGRAMA DAS ATIVIDADES

Início	Término	Nome da tarefa	Descrição	Responsável	Feito
13/11/2013	18/12/2013	**1. Estruturação do Projeto Juizo Mais Efetivo**		Sra. Fabricia Silva	100%
13/11/2013	14/11/2013	1.1 Definição da Comissão de Gestão do Juizo Mais Efetivo		Sra. Fabricia Silva	100%
14/11/2013	26/11/2013	1.2 Definiçaõ da abrangência		Sra. Fabricia Silva	100%
14/11/2013	26/11/2013	1.3 Elaboração de critérios de participação das unidades		Sra. Fabricia Silva	100%
14/11/2013	26/11/2013	1.4 Proposição das formas de avaliação e formas de premiação		Sra. Fabricia Silva	100%
14/11/2013	26/11/2013	1.5 Definição da estrutura do evento de premiação		Sra. Fabricia Silva	100%
14/11/2013	26/11/2013	1.6 Elaboração de planilhas de apuração		Sra. Fabricia Silva	100%
14/11/2013	19/11/2013	1.7 Portaria com indicação dos componentos da comissão de gestão do Juízo Mais Efetivo		Sra. Fabricia Silva	100%
14/11/2013	26/11/2013	1.8 Definição das formas de divulgação		Sra. Fabricia Silva	100%
14/11/2013	06/12/2013	1.9 Definição da premiação		Sra. Fabricia Silva	100%
06/12/2013	09/12/2013	1.10 Apresentação ao CGE da minuta de resolução que trata dos critérios de avaliação		Sra. Fabricia Silva	100%
09/12/2013	18/12/2013	1.11 Aprovação da resolução pelo Pleno		Sra. Fabricia Silva	100%
06/12/2013	12/12/2014	**2. Implementação**		Sra. Fabricia Silva	100%
06/12/2013	21/01/2014	2.1 Confecção dos materiais de divulgação		Sra. Fabricia Silva	100%
21/01/2014	30/05/2014	2.2 Realização da campanha de divulgação		Sr. Clóvis Correia	100%
30/05/2014	12/12/2014	2.3 Aquisição da premiação e demais medidas correlatas		Sr. Clóvis Correia	100%
31/10/2014	11/11/2014	2.4 Apuração dos resultados		Sr. Clóvis Correia	100%
11/11/2014	16/06/2015	**3.Preparação,realização do evento de premiação,avaliação dos resultados e aperfeiçoamento das Regras do Juizo Proativo.**		Sra. Fabricia Silva	100%
11/11/2014	12/11/2014	3.3 Comunicação da presidência aos vencedores		Sra. Fabricia Silva	100%
11/11/2014	15/12/2014	3.4 Divulgação dos Resultados		Sra. Fabricia Silva	100%
11/11/2014	15/12/2014	3.5 Realização do evento de premiação		Sra. Fabricia Silva	100%
20/11/2014	15/12/2014	3.1 Preparação do evento de premiação		Sra. Fabricia Silva	100%
10/12/2014	16/06/2015	3.7 Efetivação da alteração, caso necessário, das regras do projeto Juizo Mais Efetivo para o período seguinte		Sra. Fabricia Silva	100%
16/12/2014	16/01/2015	3.6 Análise dos resultados		Sra. Fabricia Silva	100%

Tarefa futura | Iniciada e dentro do prazo | Deveria ter iniciada | Em atraso | Feita

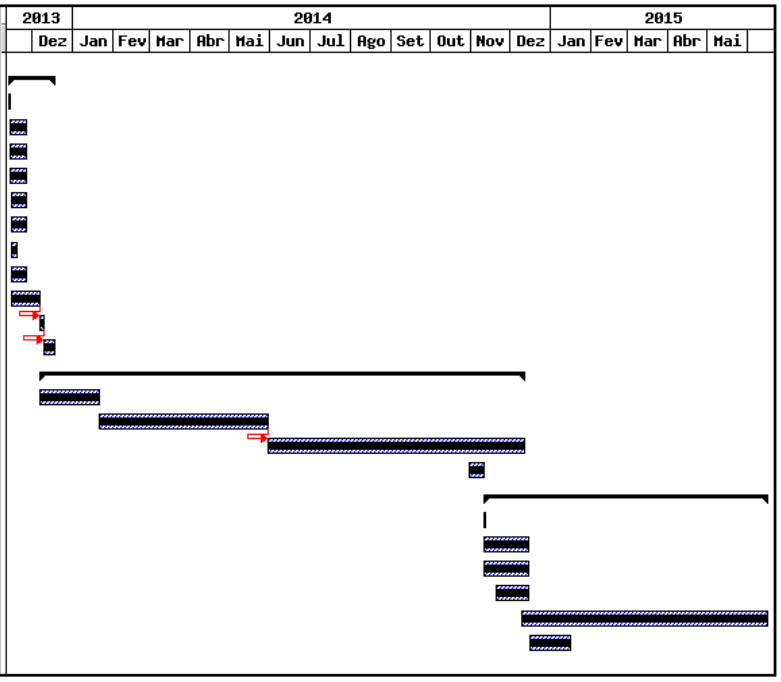
5. STATUS
Concluído

6. PROGRESSO
100.0%

7. GRÁFICO GANTT DO PROJETO

Projeto Juizo Proativo

nome da tarefa	dur.	%	inicio	término
1. Estruturação do Projeto Juizo .	544,0	100,0	13/11/2013	18/12/2013
1.1 Definição da Comissão de Gest.	8,0	100,0	13/11/2013	14/11/2013
1.2 Definiçaõ da abrangencia	56,0	100,0	14/11/2013	26/11/2013
1.3 Elaboração de critérios de pa.	56,0	100,0	14/11/2013	26/11/2013
1.4 Proposição das formas de aval.	56,0	100,0	14/11/2013	26/11/2013
1.5 Definição da estrutura do eve.	56,0	100,0	14/11/2013	26/11/2013
1.6 Elaboração de planilhas de ap.	56,0	100,0	14/11/2013	26/11/2013
1.7 Portaria com indicação dos co.	16,0	100,0	14/11/2013	19/11/2013
1.8 Definição das formas de divul.	56,0	100,0	14/11/2013	26/11/2013
1.9 Definição da premiação	120,0	100,0	14/11/2013	06/12/2013
1.10 Apresentação ao CGE da minut.	8,0	100,0	06/12/2013	09/12/2013
1.11 Aprovação da resolução pelo .	56,0	100,0	09/12/2013	18/12/2013
2. Implementação	2.120,0	100,0	06/12/2013	12/12/2014
2.1 Confecção dos materiais de di.	232,0	100,0	06/12/2013	21/01/2014
2.2 Realização da campanha de div.	720,0	100,0	21/01/2014	30/05/2014
2.3 Aquisição da premiação e dema.	1.112,0	100,0	30/05/2014	12/12/2014
2.4 Apuração dos resultados	56,0	100,0	31/10/2014	11/11/2014
3.Preparação,realização do evento.	1.720,0	100,0	11/11/2014	16/06/2015
3.3 Comunicação da presidencia ao.	8,0	100,0	11/11/2014	12/11/2014
3.4 Divulgação dos Resultados	192,0	100,0	11/11/2014	15/12/2014
3.5 Realização do evento de premi.	192,0	100,0	11/11/2014	15/12/2014
3.1 Preparação do evento de premi.	136,0	100,0	20/11/2014	15/12/2014
3.7 Efetivação da alteração, caso.	1.024,0	100,0	10/12/2014	16/06/2015
3.6 Análise dos resultados	168,0	100,0	16/12/2014	16/01/2015



8. REGISTROS DAS TAREFAS

Data	Tarefa	Ref.	Título	Responsável	Horas	Comentários	ND	Custos
06/06/2014	2.4 Apuração dos resultados		2.4 Apuração dos resultados	Alexandre Moraes	0.00	Para um melhor controle da evolução do projeto optamos por trazer para etapa \\\"Implementação\\\" a tarefa \\\" apuração de resultados antes constante da etapa \\\"preparação/realização do evento.\\\"		0,00
09/06/2015	3.Preparação,realização do evento de premiação,avaliação dos resultados e aperfeiçoamento das Regras do Juizo Proativo.		3.Preparação,realização do evento de premiação,avaliação dos resultados e aperfeiçoamento das Regras do Juizo Proativo.	Alexandre Moraes	0.00	As Alterações propostas para o Juízo Proativo 2015 serão submetidas ao Pleno do TJ em 16/06/2015		0,00
				Total de Horas:	**0:00**		**Custos Total Geral**	**0,00**

Legenda Registro Normal Registro de Problema

Maceió , 29 de julho de 2016.

Clóvis Gomes da Silva Correia - Sr.
Gerente do Projeto

PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS	I. TERMO DE ABERTURA DE PROJETO-TAP (FOR-DIGEP-001)

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do projeto: Projeto Juízo Mais Efetivo	**Marca do Projeto (opcional):**
Cliente: Todas as Unidades Judiciárias de 1º grau do Estado de Alagoas	**Código do projeto:** **TAP.007.V1.2013**
Área solicitante: Presidência	**Data:**

Área Responsável: Assessoria de Planejamento e Modernização do Poder Judiciário

Parceiros Técnicos /Financeiros:
PROCURADORIA/DIATI/ESMAL/FUNJURIS/DICONF/DICOM/ALMAGIS/SERJAL

2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS ATENDIDOS PELO PROJETO (Temas e Objetivos)

Eficiência Operacional

X Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos;

☐ Buscar a excelência na gestão de custos operacionais;

Acesso ao Sistema de Justiça

☐ Facilitar o acesso a justiça;

X Promover a efetividade no cumprimento das decisões;

Responsabilidade Social

☐ Promover a cidadania;

Atuação Institucional

☐ Fortalecer e harmonizar as relações entre os poderes , setores e Instituições;

☐ Disseminar valores éticos morais por meio de atuação institucional efetiva;

☐ Aprimorar a comunicação com públicos externos;

Alinhamento e Integração

X Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do judiciário

☐ Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais

Gestão de Pessoas

☐ Desenvolver conhecimentos habilidades e atitudes dos magistrados e servidores;

X Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia;

Infraestrutura

☐ Garantir a infraestrutura apropriada as atividades administrativas e judiciais;

Tecnologia da Informação

☐ Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI

Orçamento e Finanças

☐ Assegurar recursos orçamentários necessários para execução da Estratégia;

3. OBJETIVO GERAL

a) Qual é o principal resultado que se deseja atingir com o Projeto?

O objetivo principal desse projeto é fomentar a gestão por indicadores a partir de uma aferição padronizada a ser seguida pelas unidades judiciais como forma de avaliar seu desempenho em busca de uma justiça mais efetiva e motivar o corpo funcional para o alcance de melhores resultados.

De forma específica vislumbra-se:

- ✓ fortalecimento da gestão estratégica do TJAL;
- ✓ estabelecimento motivacional da cultura de gerenciamento por indicadores;
- ✓ alavancagem dos resultados de eficiência do TJAL na avaliação do Justiça em Números;
- ✓ redução da Taxa de Congestionamento nas Unidades Judiciárias de 1º Grau;
- ✓ aumento da produtividade dos Juízos.

b) Quais os principais produtos ou serviços a serem entregues ao final do Projeto?

Regulamentação de indicadores padronizados a serem alcançados pelos Juízos de 1º grau e a formalização do reconhecimento institucional pelo alcance do resultado;

Estabelecimento de premiação às unidades em cada categoria que atingirem no somatório dos indicadores a maior pontuação, definindo-se pelo resultado padrões de efetividade conquistado;

Estímulo às unidades judiciárias na elaboração de planos de ação para cumprimento das metas do Plano Estratégico da Instituição, execução da estratégia e cumprimento de metas apresentadas nos encontros dos tribunais ao CNJ.

4.JUSTIFICATIVA

a)Indique que problema(s) e/ou oportunidade(s) motiva(m) a proposição do projeto, descrevendo o ambiente/contexto onde o(a) mesmo(a) foi identificado(a)e a importância/relevância do Projeto para o TJ-AL?

Os resultados apresentados na avaliação do Justiça em Números demonstram ser necessária a melhoria dos indicadores de desempenho, pois mesmo com o esforço praticado é possível observar que ainda não houve alcance de resultados para deixar o Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas entre aqueles de destaque nacional e que se encontram no quadrante ou próximos da curva de eficiência.

Apesar da queda na taxa de congestionamento para o período compreendido entre 2009 a 2012, os dados apurados demonstram que o 1º grau do TJAL ainda possui taxa de congestionamento acima de 70% nos processos de conhecimento e de execução, e de modo geral, essa taxa ainda se encontra acima da média nacional que foi de 66% em 2012.

Da mesma forma, devemos observar os índices das metas do judiciário nacional em que precisamos melhorar desempenho na Meta 1 (distribuídos e julgados) Meta 3(baixados em execução não fiscal) e buscar o cumprimento das Metas 2 (processos antigos).

Para o alcance de um melhor desempenho e conquista de lugar de destaque no cenário nacional é indispensável a realização de ações que visem promover motivacionalmente essa busca. Medidas com esse viés se coadunam com os objetivos traçados no planejamento estratégico de "motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da estratégia".

Ademais, a melhoria na performance pretendida contribui diretamente para o cumprimento da missão institucional que direciona para a "...prestação de serviços jurisdicionais acessíveis, rápidos e efetivos". Do mesmo modo, impulsiona para o alcance da visão formulada de

"ser referência na prestação jurisdicional...".

Portanto, para que o TJAL alcance esse objetivo há necessidade de se incutir e fomentar nos Juízos de 1º grau a gestão por indicadores, pois será possível por meio de avaliação periódica se conhecer o juízo que se mostra mais efetivo e por conseqüência motivar as demais unidades judiciais a alcançarem igual nível de desempenho, alavancando a produtividade com reflexo direto na redução da taxa de congestionamento.

Além de se conseguir uma análise da produtividade das unidades com base em um conjunto de indicadores, o resultado decerto servirá para se conhecer a unidade judicial que se destacou e que merece uma maior atenção nas suas rotinas que contribuíram para o resultado conquistado, podendo, portanto, se tornar um modelo em eficiência a ser difundido para as demais de mesma categoria (competência similar).

Destarte, este projeto se destaca pela forma objetiva na qual destacará as unidades mais efetivas e premiando-as pelo desempenho conquistado, apresentando para a sociedade as iniciativas que o Tribunal de Justiça de Alagoas vem desenvolvendo com foco em medidas e ações gerenciais que visam atender com qualidade, eficiência e efetividade aos pleitos levados ao seu descortino.

b) Quais serão os possíveis impactos para a organização, caso o projeto não seja executado?

A busca pela efetividade na atuação dos tribunais, observando-se a avaliação anual aplicada pelo CNJ por meio da metodologia do Justiça em Números gera para toda a instituição a necessidade constante de análise de seu desempenho.

Dessa forma, a inexistência de mecanismos que orientem os gestores e estimulem a força de trabalho composta por magistrados e servidores para a melhoria da performance poderá tornar essa tarefa desestimulante e todo o esforço despendido para o alcance da eficiência estará comprometido.

A falta de gerenciamento por indicadores impossibilitará que a organização tenha um norte, trabalhe com foco na visão preestabelecida e que os atores envolvidos nesse processo estejam

5- PRINCIPAIS ETAPAS E AÇÕES (SEM DESDOBRAMENTOS), PRAZOS, INDICADORES E METAS RELACIONADAS.

Etapa	Ação	Linha de Base	Prazo	Indicadores	Metas
1. Estruturação do Projeto Juízo Mais Efetivo	1.1 Definição da Comissão de gestão do Juízo Mais Efetivo.	Aprovação do projeto	1 dia	Comissão indicada	1
	1.2 Definição da abrangência.	A partir de 1.1	7 dias	Abrangência definida	1
	1.3 Elaboração dos critérios de participação das unidades (pessoas diretamente envolvidas)	A partir de 1.1	7 dias	Critérios definidos	1
	1.4 Proposição das regras de avaliação e formas de premiação	A partir de 1.1	7 dias	Regras definidas	1
	1.5 Definição da estrutura do evento de premiação	A partir de 1.1	7 dias	Estrutura do evento definida	1
	1.6 Elaboração de planilhas de apuração	A partir de 1.1	7 dias	Conjunto de planilhas elaboradas.	1
	1.7 Portaria com indicação dos componentes da Comissão de gestão do juízo Mais Efetivo.	A partir de 1.1	2 dias a partir de 1.1	Portaria publicada	1
	1.8 Definição das formas de divulgação.	A partir de 1.1	7 dias	Formas de divulgação definidas	1

	1.9 Definição da premiação.	A partir de 1.1	15 dias	Premiação definida	1
	1.10 Apresentação ao CGE da minuta de resolução que trata dos critérios de avaliação.	A partir de 1.1	30 dias	Minuta aprovada pelo CGE	
	1.11 Aprovação da resolução pelo Pleno.	A partir de 1.8	Em até 7 dias	resolução aprovada e publicada	1
2. Implementação	2.1 Confecção dos materiais de divulgação.	A partir de 1.9	30 dias	Kit de divulgação elaborado	100%
	2.2 Realização da campanha de divulgação.	A partir de 2.1	Após 2.1	Campanha realizada	100%
	2.3 Aquisição da premiação e demais medidas correlatas.	A partir de 1.9	140 dias após aprovação da Resolução	Percentual de prêmios adquiridos	100%
3. Preparação/Realização do evento de Premiação	3.1 preparação do evento de Premiação.	20 /11/2014	7 dias	Evento preparado	100%
	3.2 Apuração dos Resultados.	31/10/2014	Até 15 dias	Resultados apurados	100%
	3.3 comunicação da presidência aos vencedores.	A partir do 3.2	1 dia	Comunicação efetuada	100%
	3.4 divulgação dos resultados	A partir do 3.2	imediata	Resultados divulgados	1
	3.5 Realização do evento de Premiação.	A partir do 3.4	Último dia útil de novembro.	Evento realizado	1
	3.6 Análise dos resultados e	A partir de 3.4	Até o dia 10 de dezembro	Proposta apresentada	1

	proposição de aprimoramentos pela Comissão de Gestão do Juízo Mais Efetivo		de 2014		
	3.7 Efetivação da alteração (caso necessário)das regras do Projeto Juízo Mais Efetivo para o período seguinte.	A partir de 3.6	Até dia 16 de dezembro de 2014	Regras atualizadas	1

6- INVESTIMENTO PREVISTO (SEM DETALHAMENTO).

Etapa	Ação	Investimento
2- Implementação.	2.3 Aquisição de premiação	R$ 339.390,00
3 - Preparação/Realização do evento de Premiação.	3.5 Realização do Evento	R$ 8.000,00
Total		R$ 347.390,00

7-PREVISÃO E ORIGEM DOS RECURSOS A SEREM INVESTIDOS

Unidade	Valor	Percentual
TJ	R$ 144.890,00	41,7%
FUNJURIS	R$ 202.500,00	58,3%
Total:	R$ 347.390,00	100%

8-EQUIPE

NOME	LOTAÇÃO	PAPEL NO PROJETO	E-MAIL	TELEFONE
Maurílio da Silva Ferraz	Juízes Auxiliares	*Gerente*	maurilio@tjal.jus.br	(82)4009-3233
Clóvis Gomes	APMP	*Gerente*	cloviscorreia@tjal.jus.br	(82)4009-3197
Alexandre de Moraes	DIGEP	*Membro*		

	DIATI	*Membro*		
	Representante dos Magistrados	*Membro*		
	Representante dos Servidores	*Membro*		
	RH	*Membro*		
	FUNJURIS	*Membro*		
	DICONF	*Membro*		
	PROCURADORIA	*Membro*		
	Cerimonial	*Membro*		
	DICOM	*Membro*		

9-PREMISSAS E RESTRIÇÕES

- Treinamento eficiente dos usuários dos sistemas.
- Disponibilização de mecanismos para apuração dos indicadores por meio de relatórios extraídos dos sistemas.
- Comprometimento dos servidores e magistrados das respectivas unidades judiciárias no alcance dos melhores resultados.
- Aquisição da premiação a ser disponibilizada.
- Elaboração de convênios com instituições de ensino de Pós-Graduação.
- Apoio da Alta Gestão para premiação das unidades vencedoras e na garantia da estrutura necessária ao desempenho das atividades judiciais de forma adequada.

10-FORMA DE GESTÃO

Este projeto terá o acompanhamento permanente, onde serão realizadas reuniões quinzenais, que serão utilizadas para avaliação dos resultados de cada ação desenvolvida atentando para as seguintes situações que constarão de relatórios:

- Serão indicados os membros da equipe responsáveis por cada ação.
- Ações que se desenvolvem normalmente dentro do prazo previsto;
- Ações que se desenvolvem com alguma dificuldade;
- Ações que não estão sendo superadas dentro do prazo
- Correções de percurso que se façam necessárias.
- Ações encerradas.
- Lições aprendidas.

11-APROVAÇÃO

Elaborado por Gestor (a) do Projeto:	Data	Assinatura
Maurílio da Silva Ferraz e Clóvis Gomes da Silva Correia	7/11/2013	
Revisado por (DIGEP):	**Data**	**Assinatura**
	8/11/2013	
Aprovado Pelo Comitê Gestor	**Data**	**Assinatura**
Aprovado pelo Presidente do TJ/AL	**Data**	**Assinatura**